Ano XXIV nº 6263 – 19 de outubro de 2020

No Itaú, só demissões e mais metas inalcançáveis

O Itaú acha pouco demitir mais de 400 funcionários em plena pandemia causada pelo novo coronavírus e ainda dobra as metas exigidas dos trabalhadores pelo Agir, que ultrapassa os 1.200 pontos. O movimento sindical cobra revisão das exigências do programa, que tem uma série de itens de vendas e atendimento a serem cumpridos.

O banco desrespeita as limitações do atual momento e quer que o empregado cumpra 150% das metas em condições adversas, quando fica ainda mais difícil comercializar produtos bancários. Para o crédito consignado, a meta do produto pelo Agir veio 30% maior em outubro do que em setembro.

Sem levar em conta o momento atípico vivido no país, o programa do Itaú também ampliou as metas do tempo de atendimento ao cliente, contratação de crédito, abertura de contas, venda de plano de capitalização, entre outros produtos. Ainda alega baixa performance para demitir.

Os trabalhadores estão estressados, sobrecarregados e com medo das demissões, mas a direção da empresa só quer saber de lucrar às custas do adoecimento da categoria e da exploração dos clientes.

Bancos mascaram lucro nas alturas com a PDD

Além de ter recebido o socorro do governo federal de R\$ 1,2 bilhão, os bancos ainda mascaram a lucratividade com reservas para cobrir possíveis prejuízos com calotes. A ajuda da PDD (Provisão para Devedor Duvidoso) fez com que o lucro das empresas do setor financeiro chegasse a R\$ 41 bilhões no primeiro semestre de 2020, mesmo na pandemia de Covid-19.

O resultado se deve à soma de R\$ 65 bilhões de despesas com provisões só nos primeiros seis meses de 2020. De acordo com o Banco Central, foram R\$ 31,6 bilhões no primeiro trimestre e R\$ 33,4 bilhões no segundo. Um aumento de 80% em relação ao mesmo período do ano anterior. Assim, justificam as demissões e fechamento de agências durante a pandemia do coronavírus.

Enquanto empresas fecharam as portas, milhões perderam os empregos ou ficaram sem renda na pandemia, o Santander, por exemplo, reservou R\$ 10,4 bilhões para cobrir possíveis calotes, reduzindo o lucro de R\$ 7,749 bilhões para R\$ 5,989 bilhões no primeiro semestre deste ano. A queda de 15,9% da lucratividade seria uma alta de 8,8%, se a PDD tivesse sido excluída. Mesmo assim, demitiu cerca de 1,5 mil bancários na crise sanitária.

O BB também escondeu o lucro com provisão. A estatal lucrou R\$ 6,4 bilhões no primeiro semestre, uma redução de 21,9% na comparação com os seis primeiros meses de 2019. Tudo motivado pela alta de 42,4% na PCLD (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa), que foi para R\$ 5,9 bilhões somente no segundo trimestre deste ano.

Projeto de Lei da Previ-Banerj vai ser votado na Alerj

O Projeto de Lei 3186/20, novo número do antigo PL-3213/10, foi incluído na pauta da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro da próxima quarta-feira, dia 21 de outubro. A proposta será votada na primeira sessão extraordinária, marcada para as 14h50.

O projeto já recebeu parecer favorável de constitucionalidade pela Comissão de Constituição e Justiça da Alerj e das comissões de servidores públicos e de orçamento. Faltam ainda os pareceres sobre as cinco emendas apresentadas. Sendo aprovado, o projeto passará por uma consulta pública prevista na emenda aditiva número 1.

A proposta prevê que os participantes que já sacaram sua reserva do fundo de pensão, poderão voltar à Previ-Banerj, desde que façam um aporte correspondente ao valor sacado, com as devidas correções.